

Desmobilização e lei eleitoral na agenda de Boutros Ghali

— afirma Aldo Ajello

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, que a partir de amanhã inicia uma visita de três dias ao nosso país, leva na sua bagagem duas importantes questões ainda em aberto no processo de pacificação no nosso país, nomeadamente o acantonamento e desmobilização das tropas, bem assim o ponto relativo à aprovação da lei eleitoral. O anúncio foi feito pelo seu representante especial, Dr. Aldo Ajello, no habitual «briefing» das sextas-feiras com a comunicação social.

Aldo Ajello frisou que tanto a questão da desmobilização dos exércitos governamental e da Renamo, assim como o polémico ponto relativo à aprovação da lei eleitoral, figuram na agenda dos encontros que Ghali manterá com o Presidente da República, Joaquim Chissano, e com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

Aquele alto funcionário das Nações Unidas disse na altura que Moçambique é uma das poucas missões da ONU «onde as coisas correm relativamente bem e esperamos que a visita do Secretário-Geral ajude a acelerar o processo de pacificação».

Observou, no entanto, que as duas questões ora em aberto estão a preocupar sobremaneira as Nações Unidas. Contudo, Ajello disse que as recentes declarações do líder da Renamo proferidas a partir do seu quartel-general em Marínguê são encorajadoras e poderão contribuir para flexibilizar o processo, para além de constituírem uma base para o encontro com Boutros Ghali.

— «Outro ponto principal que está em aberto é a questão da aprovação da lei eleitoral. Como sabeis, as Nações Unidas não têm nenhum mandato para intervir

nessa matéria. Mas, nós (ONU) estamos muito interessados com os resultados desse exercício para que seja possível realizarem-se as eleições gerais em Outubro de 1994, conforme recomendação do Conselho de Segurança das Nações Unidas — enfatizou Ajello.

Para além destes dois pontos da agenda do Secretário Geral das Nações Unidas, aquele diplomata não exclui a possibilidade de Boutros Ghali poder vir a abordar também a questão da Polícia, bem como do funcionamento da COMPOL, COMINFO e da comissão encarregue da administração territorial.

No que se refere à questão da Polícia, Aldo Ajello apresentou na ocasião três elementos das Nações Unidas que desde a semana passada encontram-se em Maputo para avaliar o número exacto de efectivos policiais que a ONU enviará ao país.

Ele deu a conhecer que aquela equipa vai entrar em contacto com as duas partes, Governo e Renamo, de modo a terem uma imagem da situação real no terreno e a partir daí avaliarem aquilo que será o trabalho da Polícia das Nações Unidas em Moçambique.

RETIRADA ITALIANA NÃO CRIARÁ VAZIO

Sobre a possível retirada das tropas italianas que se encontram em Moçambique, o Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas no país, Aldo Ajello, indicou razões de índole financeira como estando na origem de tal decisão tomada pelo executivo de Roma.

«A Itália está a pagar muito dinheiro aos seus soldados em acréscimo ao que as Nações Unidas lhes atribuem e isso constitui um pesado fardo orçamental

que Roma não pode suportar por muito tempo», clarificou Ajello.

Aquele diplomata desdramatizou os efeitos da medida do Governo italiano, ao assegurar que «em caso de efectivação da retirada italiana, a ONU tratará de preencher atempadamente o lugar deixado em aberto pelos transalpinos através de um outro país. «Não haverá nenhum vazio», assegurou.

Esclareceu que as Nações Unidas estão ainda a discutir com a Itália no sentido de manter as suas tropas na ONUMOZ ou operar uma retirada por fases, de modo a permitir uma substituição gradual.

A força transalpina ao serviço da ONUMOZ em Moçambique integra cerca de 1500 efectivos encarregues de proteger o complexo ferro-portuário do «Corredor da Beira». A imagem em cima mostra os três oficiais da Polícia da ONU.

16.10.93

A.1.4